

Apoiando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Prioridades para uma Agenda Global de Avaliação

Ariane Cassoli Alvarenga,¹ Ana Rosa Soares² e Lívia Maria da Costa Nogueira¹

Entre 27 de abril e 22 de maio de 2015, a Comunidade de Prática (CoP) para promover Capacidades Nacionais de Avaliação (NEC – National Evaluation Capacities) gerenciada pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) e o Escritório de Avaliação Independente do PNUD (IEO), promoveu uma discussão online³ acerca de “Como a Conferência NEC 2015 em Bangkok: ‘Unindo Princípios de Avaliação com Práticas de Desenvolvimento’ pode ampliar as capacidades nacionais de avaliação e ajudar a desenvolver e atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”.⁴ Seguem as principais ideias compartilhadas pelos participantes a respeito de quais devem ser as prioridades de uma Agenda Mundial de Avaliação em apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs).

Um participante de **Israel** destacou que é importante que as Políticas Nacionais de Avaliação (PNAs) sejam debatidas. As avaliações institucionalizadas podem ser classificadas como PNAs formalizadas e não formalizadas, e ambas podem ser realizadas rotineiramente. Sistemas e guias podem ser utilizados para ajudar a padronizar a avaliação em países que ainda não desenvolveram seus PNAs, e também para permitir a coordenação entre os órgãos e departamentos do governo. Os Escritórios Independentes de Avaliação devem disponibilizar as informações para os governos, para que estes tomem decisões com base em evidências, levando em consideração os gastos, a alocação de recursos, as operações e a programação. O primeiro passo para o desenvolvimento de uma PNA é a promoção de uma cultura de avaliação. Embora isso nem sempre ocorra, uma PNA clara e eficiente pode ajudar a sustentar as boas práticas de avaliação.

Um participante do **Camarões** mencionou a necessidade de serem desenvolvidos sistemas de dados estatísticos para ajudar a avaliar a implementação dos ODSs e reforçar as capacidades nacionais de Monitoramento e Avaliação (M&A), de maneira que as capacidades para acompanhar os ODSs sejam desenvolvidas efetivamente a nível nacional. Tais aspectos devem ser levados em consideração na Agenda Mundial de Avaliação.

Um avaliador da **Guatemala** ressaltou que os indicadores são meios e não fins em si mesmos. Além disso, eles apresentam dois aspectos principais: de um lado, o equilíbrio entre a validade e a confiabilidade dos indicadores e, por outro lado, a utilidade das informações ou dados para a tomada de decisão por diferentes atores. Uma lição aprendida com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) é de que as avaliações devem “construir pontes” para unir parceiros (população, organizações da sociedade civil, etc.) e exigir mais do governo.

Segundo um participante do **Quênia**, as principais prioridades para uma Agenda Mundial de Avaliação devem ser o crescimento fundamentado em dados, por meio da implementação de políticas nacionais de M&A mais fortes, e o fortalecimento dos vínculos entre governos e as Organizações Voluntárias de Avaliação Profissional (VOPEs, Voluntary Organisations for Professional Evaluation) – para que a avaliação seja uma prioridade por meio da implementação de PNAs.

De acordo com um participante de **Marrocos**, a importância de avaliar as atividades realizadas para atingir os ODSs é parte de uma visão estratégica e global que compreende cinco ideias principais: promover a popularização dos ODSs; reforçar o arcabouço jurídico nos três âmbitos (governo, parlamento, sociedade civil); criar sistemas de informação e indicadores para fins de M&A; implementar uma avaliação a nível nacional, na qual os Estados definam objetivos, metas e indicadores; e vincular a avaliação do desenvolvimento sustentável à avaliação ambiental. A iniciativa da Agenda 21 estimulou a reflexão sobre a avaliação. Este movimento levou à criação de ferramentas analíticas para a avaliação de projetos; porém, a questão da avaliação de programas e de políticas continua, em grande parte, ainda não resolvida.

Na **Tunísia**, as reformas políticas têm garantido a existência de mecanismos de avaliação e possibilitado a sua generalização em diferentes setores, tanto no âmbito local como no regional. O fortalecimento dos institutos nacionais de estatística foi crucial para a produção de dados consistentes e o estabelecimento de um sistema sólido de avaliação. Três requisitos são essenciais para o sucesso de uma avaliação: primeiro, uma visão clara dos objetivos, assim como de resultados quantificáveis e fórmulas precisas e tangíveis; segundo, ter dados disponíveis relacionados aos indicadores e a possibilidade de comparação com avaliações anteriores; terceiro, as avaliações devem ser realizadas por instituições independentes. Os indicadores devem seguir um arcabouço internacional para facilitar as comparações e fazer as melhorias necessárias à luz das lições aprendidas com os ODMs. Eles devem ser desagregados por gênero e por dimensão espacial e devem medir tanto os resultados quanto os processos. Recomenda-se promover a participação de todos os stakeholders, para garantir a transparência, a prestação de contas e a atribuição de papéis. Os investimentos em sistemas nacionais de estatística e o fortalecimento das capacidades nacionais de M&A são necessários para adquirir conhecimentos, técnicas e abordagens adequadas e indispensáveis para a melhoria dos resultados de M&A e seu emprego na tomada de decisões.

De acordo com os comentários de um participante da **Espanha**, um sistema de M&A deve integrar a perspectiva de gênero no momento em que as capacidades de avaliação são desenvolvidas, com o objetivo de melhorar a formulação das políticas de modo geral. Também devem ser incluídas as perspectivas intersectoriais, para analisar como as distintas desigualdades interagem umas com as outras em diferentes contextos. Ao concentrarmos as políticas de desenvolvimento nas pessoas, outros aspectos também devem ser considerados, como o consumo de recursos naturais.

De acordo com um participante do **México**, as prioridades devem ser: considerar os resultados das avaliações em planejamentos subsequentes; garantir que os sistemas de M&A forneçam informações fáceis de serem processadas; melhorar as capacidades de M&A nos diversos órgãos do governo, não apenas nos órgãos responsáveis pelas avaliações oficiais; realizar avaliações que levem em consideração a participação dos beneficiários; e que os eventos e CoPs sobre avaliação sejam organizados conjuntamente, evitando a duplicação de esforços e iniciativas.

A prioridade mais apoiada foi a promoção de políticas de avaliação em âmbito nacional, garantindo uma avaliação confiável dos ODSs. Assim, as melhorias seriam incorporadas à agenda nacional de políticas públicas, e não somente nos ODSs. Também houve consenso em relação à ideia de que, durante o processo de avaliação, a questão de gênero, assim como as populações mais vulneráveis, devem receber atenção especial.

Notas:

1. IPC-IG/PNUD.
2. Escritório de Avaliação Independente do PNUD (IEO/PNUD na sigla em inglês).
3. Consulte <www.unteamworks.org/nec>.
4. Indran Naidoo, Diretor do IEO/PNUD; Ana Rosa Soares, Assessora de Avaliação do IEO/PNUD; e Haroldo Machado Filho, Especialista em Programas e ODSs do PNUD Brasil, foram os especialistas que moderaram a discussão online.